

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.433 - SP (2019/0223202-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : ITABOM COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : POLIFRIGOR S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - ANOTACAO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : SOLCASA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : LAJINHA AGROPECUARIA DE ITAPUI LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : ALLFRIGOR INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : REALY ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : IVAN LOBATO PRADO TEIXEIRA - SP235562
CESAR RODRIGO NUNES - SP260942
ROBERTO GOMES NOTARI - SP273385
JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406
TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730
MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE JAÚ - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE JAÚ - SP
INTERES. : CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO : FERNANDO LIMA DE MORAES - SP098978

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por Itabom Comercial e Industrial Ltda - em recuperação judicial, Polifrigor S/A Indústria e Comércio de Alimentos - em recuperação judicial, Solcasa - Empreendimentos Imobiliários Ltda - em recuperação judicial, Lajinha Agropecuária de Itapui Ltda - em recuperação judicial, Allfrigor Indústria e Comércio de Alimentos Ltda - em recuperação judicial e Realy Administradora de Bens Ltda - em recuperação judicial, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jaú/SP e do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jaú/SP.

Afirmam as suscitantes que, em dezembro de 2015, foi deferido pedido de processamento da recuperação judicial das empresas, com a expressa ordem para a suspensão de todas e quaisquer ações ou execuções movidas contra elas, sendo que, não obstante, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jaú/SP determinou o prosseguimento de

execução trabalhista, com o bloqueio de valores da conta na Polifrigor, o que foi efetivado via Bacen Jud.

Liminar deferida às fls. 337/341, sendo que os Juízos suscitados, apesar de reiteradamente oficiado para se manifestarem, quedaram-se silentes (certidão de fl. 347). Parecer do Ministério Público Federal às fls. 349/351 opinando pelo conhecimento do conflito, declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Eis os fundamentos pelos quais deferi a liminar:

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte, que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)" (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1º/10/2010).

Tal entendimento tem como finalidade dar efetividade aos princípios norteadores do instituto da recuperação judicial, notadamente ao disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/05, segundo o qual "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora.

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.

3. Competência do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 15/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 144.592/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 03/11/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. ATRATIVIDADE. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

A manutenção de execuções trabalhistas individuais, aplicando-se isoladamente o disposto no art. 6º, §5º, da LF n. 11.101/05, afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial.

Prevalência do princípio da preservação da empresa (art 47).

Competência do juízo universal.

.....

.....

(CC 111074/DF, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Segunda Seção, DJe de 04/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda.

3. A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 110287/SP, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe de 29/03/2010)

Verifico que, de fato, no presente caso, foi deferida a recuperação

Superior Tribunal de Justiça

judicial das suscitanes pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jaú/SP (fls. 78/80) e que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jaú/SP, nos autos de execução trabalhista, determinou a realização de penhora de valores pertencentes às suscitanes (fls. 322/323).

Apesar de o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jaú/SP não ter se manifestado, consta dos autos decisão, proferida em 28.6.2019, na qual determina sejam efetivados atos de constrição de valores pertencentes a uma das suscitanes (fls. 322/323).

Desse modo, necessária se faz a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados atos de constrição de bens ou valores das suscitanes durante o curso da recuperação judicial.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores da suscitante, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jaú/SP.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora